

## O DIA EM QUE O PRESIDENTE JOÃO GOULART DISSE NÃO PARA O PODEROSO JFK

Charles Sidarta Machado Domingos

IFSul

csmd@terra.com.br

Na manhã daquele dia 22 de outubro de 1962, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima participaram da solenidade de diplomação do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco realizada no Palácio do Itamaraty, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Durante a cerimônia, o presidente Goulart realizou um pronunciamento no qual, de acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, “exaltou a atual política exterior do país, dizendo que ela reflete o processo irresistível do amadurecimento político do povo brasileiro” (OESP, 23/10/1962, p. 7).

A Política Externa Independente (PEI) alcançava tanta repercussão que mesmo um jornal que lhe fazia oposição, como *O Estado de São Paulo*, não deixava de lhe dar destaque. Por isso, em seu pronunciamento, o presidente brasileiro afirmava a importância daquele momento no qual estavam sendo formados novos diplomatas para exercer a “árdua tarefa que, nos dias de hoje, recai sobre a diplomacia brasileira” (GOULART, 22/10/1962, p. 187).

Visto em retrospectiva, com o distanciamento de mais de 50 anos, o pronunciamento do presidente João Goulart não deixa de ter um caráter premonitório. Tal como Cassandra, o presidente brasileiro antecipa, sem o saber, em poucas horas, o grave quadro em que entrará a política internacional:

Emergimos para as responsabilidades da vida internacional numa fase crítica da história da humanidade, mas não nos devem amedrontar as dificuldades que certamente encontraremos, antes devemos entendê-las como um incentivo para a clareza e a definição de nossas atitudes. Encontramos o mundo conturbado pelo entrechoque de ideologias e forças, que geram tensões perigosas para a preservação da paz (GOULART, 22/10/1962, p. 188).

O que o presidente João Goulart não sabia é que, em poucas horas, essas palavras duras a favor da paz seriam postas à prova.

Algumas horas depois, no final da tarde daquele mesmo dia, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima receberam, no Palácio das Laranjeiras, o embaixador dos Estados Unidos da América, Lincoln Gordon, acompanhado de Vernon Walters, que desempenhava, oficialmente, a função de adido militar no Brasil (LIMA, 1974, p. 272; GORDON, 2002, p. 330). O diplomata estadunidense era portador de uma carta do presidente Kennedy e tinha ordens expressas para entregá-la antes do pronunciamento que o presidente dos EUA faria na televisão. A carta era impessoal, não tinha no presidente Goulart seu destinatário – era uma carta circular encaminhada a todos os presidentes dos países americanos.

Nessa correspondência, o presidente John Kennedy se dirigia de forma impositiva a seus interlocutores, todos eles chefes de Estado das Repúblicas americanas. Em uma retórica apocalíptica, o presidente dos EUA procurava constranger seus interlocutores a endossar as medidas que ele propunha com o objetivo de “determinar, pela sabedoria de nossa ação conjunta nos próximos dias, quicá todo o futuro do homem na Terra”. O presidente Kennedy mencionava o pronunciamento que faria ao povo de seu país pela televisão no qual ele alertaria sobre “a gravidade da ameaça ao hemisfério ocidental que o atual regime cubano permitiu à URSS instalar em seu solo” (KENNEDY, 22/10/1962, p. 1).

Kennedy procurava – como já era parte da estratégia estadunidense – apresentar a situação como uma ameaça não aos Estados Unidos apenas, mas a todo o continente americano. Em razão disso, o presidente dos Estados Unidos da América pressionava seus interlocutores através de um cenário no qual só haveria duas alternativas:

Temos de responder a esse gesto temerário com uma decisão conjunta. Do contrário, a União Soviética passará a violações cada vez mais flagrantes dos requisitos para a paz e liberdade internacionais, até que não nos restarão outras opções senão a capitulação completa ou a deflagração de um holocausto nuclear (KENNEDY, 22/10/1962, p. 1).

Nesses termos, o presidente estadunidense empregava urgência para a tomada de posição de seus interlocutores – que, até aquele momento, não tinham nenhuma informação sobre o assunto - ao afirmar que “temos de firmar uma posição

imediatamente”. Também exigia em sua carta que essa tomada de decisão fosse feita pública, obviamente, procurando construir um apoio consensual a seus objetivos:

Espero, diante desse contexto, que o Senhor sinta que seu país deseja juntar-se ao meu para expressar sua indignação contra este comportamento, cubano e soviético, e conto com que o Senhor deseje expressar publicamente o sentimento de seu povo (KENNEDY, 22/10/1962, p. 1).

Essas solicitações, advindas do país mais poderoso em termos militares e econômicos do continente, em muito ultrapassavam o entendimento de um pedido ou de uma solicitação – e é evidente que a diplomacia dos EUA estava consciente disso. Eram uma forma clara de constrangimento aos demais países do continente, no sentido de construção de uma sólida base de apoio e, talvez com mais força ainda, de desestímulo a ações de solidariedade ao governo cubano.

Além disso, o presidente John Kennedy pressionava no sentido de convocar uma reunião de emergência da Organização dos Estados Americanos (OEA), procurando comprometer os demais presidentes americanos a aprovarem a resolução que seu país apresentará ao órgão de consulta daquela organização internacional.

Espero também que o Senhor concorde comigo quanto à necessidade urgente de se convocar uma reunião imediata do Órgão Consultivo do Sistema Interamericano, sob o Pacto do Rio. Os Estados Unidos irão propor a esse organismo, assim que ele se reúna, a adoção de uma resolução que enfrente com efetividade essa nova e perigosa situação. Meu Embaixador poderá lhe entregar o texto proposto dessa resolução. A colocação de armas ofensivas com potência nuclear em Cuba claramente “coloca em perigo a paz e a segurança do continente”, nos termos do Artigo 6º daquele Pacto. Estou seguro de que o Senhor concordará que uma resolução dessa natureza faz-se urgente (KENNEDY, 22/10/1962, p. 2).

Por fim, o presidente dos Estados Unidos informava ter solicitado uma reunião urgente na Organização das Nações Unidas (ONU), na qual será apresentada pelo seu representante, Adlai Stevenson, “uma resolução que exija a retirada de Cuba de bases para mísseis e de outras armas ofensivas, sob a supervisão de observadores das Nações Unidas.” Em face disso, “espero que o Senhor determine a seu representante em Nova Iorque que trabalhe ativamente conosco e que apoie abertamente o programa acima indicado nas Nações Unidas” (KENNEDY, 22/10/1962, p. 2).

Mas o pior estava por vir. Além de pressionar os demais países americanos a endossarem, nos fóruns diplomáticos, as medidas propostas por seu país, Kennedy, abertamente, passava a manifestar a possibilidade da utilização de meios militares:

Desejo também formular um convite ao Senhor no sentido de que seus assessores militares discutam com os meus a possibilidade de participar, em condições apropriadas e juntamente com os Estados Unidos e outras forças do hemisfério, de qualquer ação militar que a situação que se desenvolve em Cuba possa requerer (KENNEDY, 22/10/1962, p. 3).

A carta de Kennedy não abre espaço para discussões, tampouco pede a opinião de seu interlocutor, como manda a boa diplomacia. Ele procura traçar a unidade frente a questão, forçando uma solidariedade urgente e praticamente automática de seus pares, objetivando, nada mais, do que revestir de um caráter legal suas decisões para o enfrentamento da questão de Cuba, fossem elas no âmbito diplomático ou militar.

#### **A carta do Professor**

Do Congresso Nacional o presidente João Goulart foi à Goiânia, para a instalação da Comissão Interestadual dos Vales do Araguaia e do Tocantins, voltando a Brasília por volta das 14h (OESP, 25/10/62, contracapa). Goulart foi diretamente para o Palácio da Alvorada, onde, de acordo com depoimento de Almino Affonso, o estavam esperando Evandro Lins e Silva, Antônio Balbino, Albino Silva, San Tiago Dantas e o próprio Almino Affonso. Questionado a respeito de lembrar dessa reunião, Almino Affonso afirmou: “me lembro demais.” (AFFONSO, 2013).<sup>1</sup>

Almino Affonso procura dimensionar o que cada uma daquelas pessoas representava para estar reunida com o presidente para discutir assunto de tal gravidade: Evandro Lins e Silva era o procurador-geral da República<sup>2</sup>; o general Albino Silva era o chefe da Casa Militar; Antonio Balbino era consultor-geral da República e ele próprio, Almino Affonso, era o líder do PTB na Câmara dos Deputados.

---

<sup>1</sup> Foi a partir do contato com o livro *Raízes do Golpe*, que tomei conhecimento dessa reunião. Posteriormente, houve a oportunidade de tomar o depoimento do ex-deputado Almino Affonso, a quem muito agradeço pela boa acolhida proporcionada. Confrontando a data da reunião expressa no livro com outros vestígios, percebemos que ela não ocorreu no dia 23 de outubro como descrito no livro mas sim no dia 24 de outubro (AFFONSO, 1988, p. 73).

<sup>2</sup> No ano seguinte desempenhou por volta de dois meses o cargo de ministro das Relações Exteriores.

Em seu depoimento, Almino Affonso destaca que raras eram as ocasiões nas quais o presidente Goulart realizava reuniões no Palácio da Alvorada, o que colabora para suas lembranças do episódio. Ao ser questionado sobre a razão da presença de San Tiago Dantas na reunião, Affonso lembrou que ele “era o grande San Tiago” e que “tinha sido indicado por Jânio Quadros para representar o Brasil na ONU”, e estava ali “pelo que ele era. Não precisava de títulos para estar. Era um homem de pensamento, um jurista, e já tinha sido ministro das Relações Exteriores” e era alguém em quem Goulart depositava grande admiração intelectual: “ele chamava o San Tiago, o presidente chamava o San Tiago de professor. Não chamava ministro, chamava professor. O presidente tinha por ele realmente um grande respeito” (AFFONSO, 2013), que acabava levando-o a desempenhar um papel de conselheiro para o presidente.<sup>3</sup>

Almino Affonso afirma que Jango chegara ligeiramente atrasado naquela reunião que se realizava no período da tarde. E que, ao chegar, comunicava ter recebido uma carta do presidente John Kennedy:

cuja a gravidade ele considerava tal, que antes de respondê-la estava querendo ouvir a opinião dos que estávamos ali. A carta foi lida, não me recordo por quem. Tenho a impressão que pelo... pelo... Evandro Lins e Silva. Ele abre a carta e começa a coisa. De imediato Jango, antes de fazer análises maiores, defende as duas teses básicas. A da não intervenção e da autodeterminação dos povos. E nos mostra... é... papéis escritos, não é? Em que ele já tinha escrito essas formulações de maneira um pouco mais aligeirada (AFFONSO, 2013).

É possível que o ex-líder do PTB na Câmara dos Deputados tenha visto os papéis nos quais tivesse sido escrito o pronunciamento realizado pelo presidente no Itamaraty dois dias antes. Ou os papéis nos quais tivesse sido escrito o pronunciamento realizado pelo presidente na manhã daquele dia, preparados para a 51ª Conferência Interparlamentar. Embora não tenhamos tido acesso a esses papéis que Goulart trouxe para a reunião da tarde – não estão no Arquivo Nacional, nem no Itamaraty, tampouco Almino Affonso os preservou – parece muito consistente a hipótese de que eles tenham

---

<sup>3</sup> Embora longe de ser fator determinante para essa participação, convém lembrar que Dantas fora eleito deputado federal pelo PTB de Minas Gerais no início do mês de outubro – e que já tinha sido eleito deputado federal na eleição de 03 de outubro de 1958, tendo renunciado para assumir o comando da delegação brasileira na ONU pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, o que não aconteceu e, rapidamente, foi escolhido para ministro das Relações Exteriores do primeiro gabinete parlamentarista, em 07 de setembro de 1961.

sido escritos por San Tiago Dantas. Os dois pronunciamentos – e a resposta à carta de Kennedy, como veremos a seguir – enfatizam a defesa da paz e os princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos, pedras angulares da Política Externa Independente.

O ex-deputado petebista relembra a discussão realizada pelos presentes na composição da resposta a ser enviada ao presidente dos Estados Unidos. E enfatiza o caráter da importância da ação empreendida pelos participantes:

Mas vejamos então. Esta reunião... é... é... A partir daí enfim, cada um opina, cada um opina, tava muito, muito claro que isso não era uma carta qualquer. Estávamos diante de um fato histórico! Do qual eu me orgulho muito de ter participado com 32 anos. Um quadro histórico, não é? E com... com... com um confronto que seria trágico se eventualmente fosse levada adiante, não é? (AFFONSO, 2013).

Durante as discussões, ao que parece, o ex-ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, alertava ser importante mostrar a boa-vontade do Brasil na busca de solução para a Crise dos Mísseis. Assim, “antes do problema da redação da carta, um dado que acho que foi San Tiago, acho... Que é, como é que eu te diria... Uma espécie de compensação. Enquanto a carta negava-se a qualquer atitude militar, e portanto agressão a Cuba, criticava a... a como é que eu diria, a presença de armas de caráter ofensivo” (AFFONSO, 2013).

A ideia de San Tiago, e pelo visto aprovada pelo presidente Goulart e demais membros da reunião, era se opor a invasão de Cuba e ao mesmo tempo condenar a existência de armas de caráter ofensivo no país de Fidel Castro.

O fato de defender a autodeterminação não impede que discordemos de qualquer política que leve a um caráter militarista é... ofensiva, etc, etc., portanto criticou e terminava, ai é o lado vamos chamar da compensação, do Brasil se oferecendo aos Estados Unidos e a Cuba para cumprir um papel de mediação para evitar qualquer conflito nesse respeito (AFFONSO, 2013).<sup>4</sup>

Além disso, San Tiago Dantas também entendia que a correspondência enviada por Kennedy não tinha uma linguagem apropriada. Parecia muito mais uma ordem do

---

<sup>4</sup> Contudo, a carta enviada ao presidente Kennedy não menciona, explicitamente, a oferta de mediação por parte do governo brasileiro. O mais próximo que ela chega disso acontece quando se refere: “para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode Vossa Excelência contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil” (GOULART, 24/10/1962, p. 1).

que um pedido de auxílio. E na concepção dominante na reunião, o governo brasileiro não poderia se sujeitar àqueles termos: “me lembro muito claramente, a insistência do San Tiago em fazer sentir... É... é... que o presidente tinha sido grosseiro, o Kennedy. A forma da carta era uma forma como se fosse impositiva, não é dizer... era um convite... era muito mais que um convite, era uma coisa... venha, você tem que vir!” (AFFONSO, 2013).

Nessas condições, de acordo com Almino Affonso, o ex-ministro das Relações Exteriores teria escrito a versão final da carta endereçada a Kennedy.

De logo a grande presença é San Tiago Dantas. Analítica, etc., etc., etc. Depois de uma tarde inteira, sei lá quantas horas de reunião, o presidente pede ao San Tiago que redija a carta. San Tiago se retira, vai para a biblioteca lá do Palácio da Alvorada, e lá fica a redigir a carta. Bom, é... San Tiago vai, volta com a carta elaborada, há um diálogo e a carta é aprovada. Uma vez aprovada, Sant Tiago, presidente a... Rapaz até que isso me emociona, você acredita? É natural, né? (AFFONSO, 2013).

Com isso, o presidente Goulart voltava as 20h30min para a cidade do Rio de Janeiro. Em sua companhia, estava Raul Ryff, secretário de Imprensa que, ao chegar ao Rio de Janeiro, procurou o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, para que esse fizesse a correspondência chegar a seu destinatário na Casa Branca.

A carta assinada pelo presidente brasileiro consistia em seis páginas datilografadas, datada de 24 de outubro de 1962 e destinada ao presidente John Kennedy. Nessa correspondência, o presidente João Goulart informava ter recebido a carta de Kennedy, e ter meditado com atenção a respeito das informações acerca da presença de armas nucleares de caráter ofensivo instaladas em Cuba, bem como dava ciência ao presidente estadunidense estar a par da solicitação de apoio do Brasil a posição dos EUA no Conselho da OEA e no Conselho de Segurança da ONU.

Escrevia o presidente brasileiro que, naquele momento, o presidente Kennedy já estava informado do pronunciamento do delegado brasileiro na OEA. Mesmo assim, o presidente Goulart manifestava “com a franqueza e sinceridade a que não apenas me autorizam, mas me obrigam, pelo meu apreço pessoal por V. Ex. e a tradicional amizade entre os nossos povos” a realizar algumas considerações tanto sobre “a posição brasileira em face do caso de Cuba, como sobre os rumos que recentemente vem prevalecendo nas decisões da OEA” (GOULART, 24/10/1962, p.1).

Procurava utilizar o presidente Goulart da proximidade que queria desenvolver com o presidente Kennedy, em especial desde sua visita de abril aos EUA. Diferentemente da carta de Kennedy que era impessoal, Goulart pretendia que a carta tivesse um caráter o mais pessoal possível. Desse modo, como de hábito em sua estratégia de avanços e recuos, enaltecia a “fidelidade inalterável do Brasil aos princípios democráticos e aos ideais da civilização ocidental” como defesa frente a possíveis interpretações, por parte do governo estadunidense, de defesa do governo de Fidel Castro. E ia mais além: evocava ao fato de o Brasil e os Estados Unidos já terem combatido “lado a lado em duas guerras mundiais, que nos custaram o sacrifício de inúmeras vidas” como forma de sedimentar a boa relação entre os dois países, portadores “de sentimentos democráticos” (GOULART, 24/10/1962, p.1-2).

Preparando o terreno para uma posição mais independente, o presidente Goulart buscava associar o desenvolvimento da democracia com o sentimento de responsabilidade internacional, que levaria o Brasil a “participar dos acontecimentos e problemas não apenas regionais, mas mundiais, para nos situarmos em face deles à luz dos nossos interesses nacionais e dos ditames de nossa opinião pública” (GOULART, 24/10/1962, p. 2). De forma muito sutil, o presidente Goulart procurava defender a autonomia dos interesses nacionais brasileiros e de sua opinião pública. Para tanto, citava trecho de seu pronunciamento no Congresso dos EUA, em 04 de abril daquele ano – época em que San Tiago Dantas era ministro das Relações Exteriores e esteve acompanhando Goulart na visita à terra de John Kennedy:

“a ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos salvar, quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos, a nossa razão de viver. O fim da perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfico ao conhecimento e à integração das experiências comuns, e temos a esperança de que esses contactos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e e a mais compatível com a proteção ao homem e a preservação de sua liberdade” (GOULART, 24/10/1962, p. 2-3).

A referência a preservação da paz e a coexistência eram pontos basilares da Política Externa Independente, conforme enunciado por San Tiago Dantas, por diversas vezes (DOMINGOS, 2010). A menção a que os conflitos, em uma era nuclear, *não poderiam nem deveriam ser resolvidos militarmente*, constitui, ainda, além da expressão de uma advertência, o fortalecimento do princípio de não-intervenção da PEI. Por isso, é imprescindível chamar a atenção de que defesa da paz, manutenção da coexistência, não-intervenção e que em uma guerra nuclear não haverá vencedores nem vencidos – todos itens presentes no pronunciamento realizado em abril no Congresso dos EUA – estavam presentes também quando do pronunciamento do presidente Goulart antes da Crise dos Mísseis na cerimônia no Itamaraty no dia 22 e depois de ter sido notificado da crise na sessão de abertura da Conferência Interparlamentar no dia 24. O fato de San Tiago Dantas ter sido o ministro das Relações Exteriores quando da visita aos EUA, em abril, nos autoriza a afirmar ter sido ele o autor do pronunciamento de Goulart no Congresso dos EUA e torna muito forte os indícios de sua participação na redação dos pronunciamentos do dia 22 e do dia 24, ainda mais quando, como visto anteriormente, o próprio Dantas redigiu a correspondência em questão.

O tom da carta acaba subindo, quando o presidente brasileiro se refere aos princípios de autodeterminação dos povos, outro dos princípios fundamentais da Política Externa Independente. Ultrapassando os motivos essencialmente jurídicos, o presidente brasileiro não deixa de alertar o presidente dos EUA para o valor que o Brasil dá a autodeterminação.

A defesa do princípio de auto-determinação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se o ponto crucial da política externa do Brasil, não apenas por motivos de ordem jurídica, mas por nelevmos o requisito indispensável á preservação da independência e das condições próprias sob as quais se processa a evolução de cada povo (GOULART, 24/10/1962, p.3).

O presidente Goulart parece avançar mais do que pretendia, inclusive, em termos de manifestar sua independência, ao se reportar a defesa da não-intervenção e aos eventos da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos como uma insurgência do governo brasileiro.

É, pois compreensível, que repugne profundamente à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção num Estado americano

inspirada na alegação de incompatibilidade com o seu regime político, para lhe impor a prática do sistema representativo por meios coercitivos externos, que lhe tirem o cunho democrático e a validade. Por isso o Brasil se **insurgiu** na VIII Consulta de Chanceleres Americanos contra a imposição de sanções ao regime cubano, tanto mais que não eram alegados então, como só agora veio a suceder, fatos concretos em que se pudesse prefigurar a eventualidade plausível de um ataque armado (GOULART, 24/10/1962, p. 3).

E as insatisfações do governo brasileiro também eram endereçadas a Organização dos Estados Americanos. O presidente brasileiro fez questão de ressaltar que, se tivessem seguido a sugestão do seu governo, nada disso estaria acontecendo.

Ainda agora, entretanto, sr. Presidente, não escondo a V. Ex. a minha apreensão e a insatisfação do povo brasileiro pelo modo por que foi pleiteada e alcançada a decisão do Conselho da OEA, sem que se tivesse preliminarmente realizado, ou pelo menos deliberado, uma investigação **in loco**, e sem que se tivesse tentado através de uma negociação, como a que propusemos em fevereiro do corrente ano, o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão (GOULART, 24/10/1962, p.3).

Trazia, também, uma resposta direta a solicitação de Kennedy para que o governo brasileiro autorizasse os seus militares a compor com os militares estadunidenses:

Receio que nos tenhamos abeirado sem necessidade de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: o da guerra nuclear. E é na atuação de V. Ex. , no seu espírito declaradamente pacifista, que depositamos a esperança de que não sejam usadas contra Cuba medidas militares capazes de agravar o risco já desmedido da presente situação. Para tudo que possa significar esforço de preservação da paz, sem quebra do respeito à soberania dos povos, pode V. Ex. contar com a colaboração sincera do governo e do povo do Brasil (GOULART, 24/10/1962, p. 4).

Além de negar a participação das forças militares brasileiras em medidas tidas como agressivas ao governo cubano, o presidente brasileiro expressava ante a Kennedy seu descontentamento a respeito da “tendência para transformar a OEA num bloco ideológico intransigente” no qual as “suas decisões vem perdendo autoridade” a medida em que são tomadas “por maioria mecânica, com injustificável precipitação”(GOULART, 24/10/1962, p.4).

Goulart destacava ainda a John Kennedy que considerava “abusiva” a forma como estava sendo aplicado a 2ª Resolução da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores – que previa os trabalhos da comissão consultiva especial de segurança contra a ação subversiva do comunismo internacional – em razão de a aludida resolução não autorizar a “OEA a encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país” (GOULART, 24/10/1962, p.4-5) e que isso significaria intromissão indevida nos assuntos internos, ferindo o princípio de autodeterminação dos povos. No que o presidente brasileiro acrescentava a recente criação do Colégio Interamericano de Defesa – inaugurado no dia 9 de outubro, em cerimônia presidida pelo secretário-geral da OEA José Mora e pelo secretário do departamento de Estado, Dean Rusk (OESP, 9/10/1962, capa) – “órgão que não pode merecer senão a nossa simpatia e cooperação, desde que se limite a apreciar problemas técnicos e de segurança externa” mas que não deve se ocupar “de problemas de segurança interna” dos países do continente, pois esses assuntos são “de competência privativa dos Estados sobre os quais convém que os militares recebam uma formação e orientação puramente nacionais” (GOULART, 24/10/1962, p. 4-5).

Procurando abrandar um pouco o teor da carta, embora ainda persistindo em sua crítica às formas pelas quais a OEA vinha se posicionando, o presidente João Goulart reafirmava os princípios democráticos brasileiros, bem como condenava o comunismo internacional, dentro de sua estratégia de evitar ser confundido com um defensor do regime cubano. Todavia, destacava o compromisso consonante a seu projeto nacional-reformista de evolução democrática e os obstáculos que ele enfrenta, associando seus adversários que pregam o anticomunismo a interesses antidemocráticos. E ressaltava, certamente em razão do caráter da carta do presidente dos EUA que solicitava o apoio da opinião pública brasileira, que se a Organização dos Estados Americanos não corrigisse seus rumos, ela poderia perder o apoio da opinião pública latino-americana.

Estou certo que V. Ex. compreenderá as razões de minha apreensão. O Brasil é um país democrático, em que povo e governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda perigosas pressões reacionárias, que procuram sob o disfarce do anti-comunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acredito que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. E nada seria mais perigoso que ver-se a OEA ser transformada em sua índole e no papel que até aqui desempenhou,

para passar a servir a fins ao mesmo tempo anti-comunistas e anti-democráticos, divorciando-se da opinião pública latino-americana (GOULART, 24/10/1962, p.5).

A estratégia do presidente Kennedy não obtivera êxito dessa vez. Sua aposta em uma relação privilegiada – na sintonia da Aliança Para o Progresso – não rendera os resultados esperados. Era a hora do poderoso presidente dos Estados Unidos trocar de estratégia.

### **Desdobramentos finais**

A carta enviada por Goulart - e escrita por San Tiago Dantas a partir dos debates da reunião no Palácio da Alvorada - ao presidente John Kennedy era bastante dura. Certamente mais dura do que qualquer pronunciamento público de Goulart sobre a Crise dos Mísseis. Não é à toa que ela não foi tornada pública durante todo o seu governo. Contudo, a carta ainda circulava nos contornos da estratégia mais geral de Goulart, baseada em avanços e recuos: a carta apresentava uma tentativa de buscar soluções para os problemas brasileiros a partir de uma relação pessoal entre os dois presidentes.

O problema é que a Crise dos Mísseis, a despeito de sua própria evolução interna, tinha vários atores. E em nenhum momento coube ao governo brasileiro ditar seu ritmo. Enquanto o presidente João Goulart estava se dirigindo para a reunião que seria realizada no Palácio da Alvorada com o objetivo de responder à carta do presidente dos Estados Unidos, da embaixada do Brasil em Havana era enviada importante comunicação para o ministério das Relações Exteriores, na cidade do Rio de Janeiro. Respondendo ao telegrama emitido pelo Itamaraty no dia anterior, o embaixador Luiz Leivas Bastian Pinto trazia uma má notícia para o governo brasileiro. O diplomata comunicava que na noite do dia 23, em seu pronunciamento na rádio e na televisão, o primeiro-ministro Fidel Castro “declarou categoricamente que Cuba repele qualquer espécie de fiscalização ou inspeção em seu território” (TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM HAVANA, n. 341, 24/10/1962).

A estratégia elaborada pelo governo do Brasil ficava, assim, muito fragilizada. A declaração pública de Castro, em termos tão incisivos, se tornava um empecilho para

que ele atendesse a proposta brasileira, feita na véspera. O desenvolvimento que a Crise dos Mísseis vinha tomando aumentava as preocupações do governo brasileiro.

Para piorar a situação, o embaixador brasileiro, ao final da tarde, enviava novo telegrama, dando conta das implicações da quarentena para a administração da embaixada e para a vida cotidiana em Havana. O isolamento era total! E isso levaria a que, em poucos dias, “o abastecimento de gêneros alimentícios e outros artigos para os membros desta Embaixada e para os exilados se tornará um problema grave” (TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM HAVANA, n. 342, 24/10/1962), pois em função de haver poucas embaixadas de países latino-americanos em Havana como consequência da ruptura de várias relações diplomáticas, desde antes da Crise dos Mísseis a embaixada do Brasil era o destino para as pessoas que queriam sair de Cuba e também para aqueles que eram perseguidos pelo regime.

Tão ou mais preocupante para o governo brasileiro, era a possibilidade de que “a qualquer momento, sejam cortadas as comunicações telegráficas e telefônicas como já aconteceu aqui várias vezes” (TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM HAVANA, n. 342, 24/10/1962). Essas comunicações eram realizadas através de cabos submarinos. Não fica claro pelo telegrama do embaixador quem realizaria esses cortes. É possível supor que fossem realizados pelo governo dos EUA. Mas, naquelas condições, não nos parece que fosse do interesse de Washington cortar as comunicações com Cuba, pois assim deixaria de obter informações vindas daquele país. Também é possível supor que o próprio governo cubano fosse o responsável pelo corte de comunicações. Mas, novamente pensando naquela conjuntura, isso a impediria de obter informações de fora do país, em especial da ONU e da União Soviética.

E havia o temor pela irrupção dos ataques nucleares à Cuba. Não se tinha clareza de como a Crise dos Mísseis se desenvolveria. Bastian Pinto, que era o representante diplomático do Brasil em Cuba, se reportava ao fato de que “os diplomatas ocidentais estão muito preocupados, inclusive com o problema da eventual evacuação de suas famílias” (TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM HAVANA, n. 342, 24/10/1962). É legítimo entender, inclusive, ser essa uma preocupação do próprio embaixador brasileiro, provocando o governo brasileiro para preparar algum plano de evacuação de seus representantes em Havana. Para o que o diplomata brasileiro, indiretamente,

informava que “alguns diplomatas estão mesmo pretendendo reter, em seus esforços para esse fim, dois navios europeus que aqui se encontram” (TELEGRAMA DA EMBAIXADA EM HAVANA, n. 342, 24/10/1962). Os familiares dos diplomatas não tinham o mesmo compromisso profissional com os países que eles representavam, logo, não seria nenhuma aberração que fossem retirados de um lugar que estava, potencialmente, correndo perigos. Basta lembrar que o presidente dos EUA tinha ordenado que as famílias dos militares estadunidenses que prestavam serviços em Guantánamo fossem repatriadas com urgência.

Da representação diplomática brasileira na ONU, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, enviava a sugestão para que a embaixada do Brasil no Vaticano realizasse “em nome do governo brasileiro” uma solicitação para o Papa João XXIII. Afonso Arinos acreditava ser importante que o Papa enviasse “um apelo pessoal do Santo Padre dirigido aos Chefes de Estado dos Estados Unidos da América e da União Soviética no sentido de evitar quaisquer atos hostis até terminar o exame do problema nas Nações Unidas” (TELEGRAMA DA DELEGAÇÃO DO BRASIL NA ONU, n. 89, 24/10/1962). A sugestão parecia válida. O presidente dos EUA era católico e, embora Krushev não o fosse, poderia ser sensibilizado pelo pedido de um Papa progressista, especialmente em questões sociais. Acrescentava Afonso Arinos que os representantes dos EUA, Arthur Dean, e James Harrington, da Birmânia – mesmo país do secretário Geral, U-Thant – eram favoráveis a ideia.<sup>5</sup>

Talvez o presidente João Goulart também pudesse ter enviado uma carta em seu próprio nome para o Papa João XXIII pedindo paz e tranquilidade... pois nada mais ocorreria calmamente para o futuro da política interna do Brasil depois daquele 22 de outubro que começara tão normal.

## **Referências**

### **Fontes primárias:**

AFFONSO, Almino. **Depoimento de Almino Affonso a Charles Sidarta Machado Domingos**. 27 de agosto de 2013. São Paulo/ SP.

---

<sup>5</sup> Embora não tenhamos condições de afirmar a influência do pedido brasileiro, o Papa João XXIII emitiu “vibrante apelo” pedindo serenidade a todos, em especial os governantes dos EUA e da URSS (OESP, 26/10/1962, p. 7).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Brasil em Punta del Este**: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962.

GOULART, João. Pronunciamento realizado no Palácio do Itamaraty, na solenidade de diplomação dos concluintes do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, 22 de outubro de 1962. In: **Biblioteca da Presidência da República**, João Goulart, Discursos. Disponível em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br)

GOULART, João. **Carta enviada para o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy**. Brasília, 24 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 36, pacotilha 3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

GOULART, João. Discurso na sessão de instalação da LI Conferência Interparlamentar. In: MARCELINO, Wanielle Brito (org.). **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: FUNAG, 2009.

KENNEDY, John. **Carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy**. Washington, 22 de outubro de 1962. ARQUIVO SAN TIAGO DANTAS (AP47), Caixa 34, pacotilha 1. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro/ RJ.

KENNEDY, John. Pronunciamento do Presidente John Kennedy na noite do dia 22 de outubro de 1962. In: CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; LILLO, Pedro Antonio Martínez. **Documentos básicos sobre historia de las relaciones internacionales (1815-1991)**. Madri: Complutense, 1995.

*OESP - O Estado de São Paulo*, 9 de outubro de 1962, capa. BSF. Brasília/DF.

*OESP - O Estado de São Paulo*, 23 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

*OESP - O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, p. 5. BSF. Brasília/DF.

*OESP - O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

*OESP - O Estado de São Paulo*, 26 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 89. SECRETO. URGENTÍSSIMO. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 341. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 342. URGENTE. Assunto: **Questão de Cuba**. Data: 24 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

**Fontes bibliográficas:**

AFFONSO, Almino. **Raízes do Golpe:** da crise da Legalidade ao Parlamentarismo (1961-1963). São Paulo: Marco Zero, 1988.

BARRETO, Vicente Costa Pithon. **Política Externa Independente (1961-1964):** o Parlamento e o caso do colonialismo português na África. 105 f. Brasília: UNB, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB:** do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria:** a Política Externa Independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista:** getulismo, PTB e cultura política popular – 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical:** 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GORDON, Lincoln. Capítulo Suplementar: os Estados Unidos e o Governo de João Goulart. In: GORDON, Lincoln. **A Segunda Chance do Brasil:** a caminho do Primeiro Mundo. 2ª ed. São Paulo, SENAC, 2002.

LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (orgs.). **O Brasil de João Goulart:** um projeto de nação. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

TALBOT, David. **Irmãos:** a História por trás do assassinato dos Kennedy. São Paulo: Benvirá, 2013.